

AGRADECIMENTOS	págs. 9
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO.....	13

PARTE I

DE PROTAGONISTA À FIGURA ESQUECIDA: PERSPECTIVAÇÃO DOS NOVOS HORIZONTES POLÍTICO-CRIMINAIS

CAPÍTULO I

VÍTIMA COMO PROBLEMA POLÍTICO-CRIMINAL: APROXIMAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

1. Nota Introdutória	21
2. O Papel da Vítima no Primitivo Sistema Sancionatório: Vingança Privada Ilimitada como Elemento de Perpetuação do Conflito	22
2.1. A Vingança de Sangue: Cumprimento de um Direito-dever Grupal	24
2.2. Princípio do Talião: A Retributividade Estabilizadora	28
3. A Vítima no Direito Germânico medieval: Ressurgimento da Vingança Privada	30
3.1. Vingança ou Reparação: Dupla Via do Sistema Sancionatório dos Povos Germânicos	33
3.2. A Perda da Paz	35
4. Subtração da Vítima do Discurso Punitivo: O Monopólio Público da Repressão Penal	38
4.1. Rigor Punitivo: <i>Jus Puniendi</i> como Reafirmação do Poder	39
5. Humanização da Justiça Penal, Utilitarismo Preventivo e a Teoria do Dano Social.....	42
5.1. Vítima: Mero Sujeito Passivo do Delito	45
5.2. A Contribuição da Teoria do Bem Jurídico para o Ocaso das Vítimas: Vítima da Dogmática do Delito?.....	49
6. Considerações	57

CAPÍTULO II

A VÍTIMA COMO OBJETO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA

	págs.
1. Aproximação Criminológica	63
2. Moderna Perspectivação da Vítima	65
2.1. Pesquisas Pioneiras: Hans Hentig e a Relação Interacional delin- qüente-vítima.....	66
3. Vitimologia: Delimitação do Âmbito Disciplinar	70
3.1. Ciência Autônoma?	71
3.2. Vitimologia: Definição	74
4. Em Busca de um Conceito Criminológico de Vítima	76
5. Mudança de Paradigma Vitimológico: <i>Labeling Approach</i>	80
5.1. Processo de Estigmatização da Vítima.....	83
6. Perspectivação do Papel da Vítima como Instrumento de Controle Social	86
6.1. Os Inquéritos de Vitimização.....	88
6.2. Cifras Negras	90
6.2.1. Etiologia dos <i>Campos Escuros</i> : O Papel Fundamental da Vítima de Crime e o Trabalho da Polícia	91
6.2.2. O Papel Seletivo das Instâncias Formais	94
6.3. Desempenham as Cifras Negras um Papel <i>Funcional</i> para o Sistema de Justiça?	95
6.4. Cifras mais do que Negras: A Cartografia da Criminalidade Oculta	98
7. Considerações	103

CAPÍTULO III

MODERNA CLASSIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS: CONSPECTO POLÍTICO-CRIMINAL

1. Tipologias: Restrição Metodológica	107
2. Crimes-sem-vítima.....	108
3. Vítimas Potenciais (Virtuais).....	111
3.1. Delitos de Perigo Abstrato: disfuncionalidade de uma orientação vol- tada para a proteção direta e exclusiva das vítimas concretas.....	119

	págs.
4. Vítima Indiscriminada (Processos de Macrovitimização).....	125
4.1. Sociedade do Risco: a Globalização dos Riscos Civilizatórios	129
4.2. Sociedade do Risco: Sistema Axiológico Orientado para Segurança	130
4.2.1. Coabitação com Riscos Ubíquos e de Distintos Coeficientes.....	133
4.2.2. Identificação Social com a Vítima do Delito	136
4.3. Inaptidão do Direito Penal Clássico frente aos Novos Riscos?	137
4.3.1. Dificuldades Dogmáticas	142
4.3.2. Riscos de uma Política Criminal orientada Exclusivamente para a Vítima Virtual: o Problema dos Danos Colaterais	146
5. Riscos de uma Política Criminal em que Predomina uma Vítima Real	149
5.1. Vítima Virtual e Vítima Real: Em Busca de uma Equação Integral	152
6. A Vítima Olvidada	154
7. Considerações	156

CAPÍTULO IV

O PAPEL DA VÍTIMA NO CONSPECTO DE UM DIREITO PENAL AXIOLOGICAMENTE ORIENTADO POR PRINCÍPIOS POLÍTICO-CRIMINAIS E O PROBLEMA DA REPARAÇÃO

1. Atualidade da Discussão	161
2. A Política Criminal e a Ciência Global do Direito Penal no Contexto de um Estado Material de Direito	162
2.1. A Política Criminal no conspecto das Ciências Conjuntas	163
2.2. Direito Penal Axiologicamente Orientado por Princípios de Política Criminal (Trans-sistemática)	165
2.3. Mudança de Paradigma: Sistema Teleológico-Funcional político-criminalmente Dirigido	166
2.3.1. Intromissão da Realidade Empírica no Seio do Sistema Teleologicamente orientado: Recusa de uma Racionalidade Voltada Exclusivamente à Conservação Sistemática.....	169
3. Breve Recensão acerca da Teoria da Pena	172
3.1. Teoria Absoluta da Pena	173
3.1.1. Teoria Absoluta: Irrelevância do Fator Reparação	175

	págs.
3.2. Teorias Relativas ou Utilitaristas: Características e Distinção	177
3.2.1. Teorias Relativas: Prevenção Especial	179
3.2.1.1. Prevenção Especial Negativa e Prevenção Especial Positiva: Distinção	180
3.2.1.2. Prevenção Especial: Crise	181
3.2.2. Prevenção Geral: Vertentes.....	182
3.2.2.1. Prevenção Geral Negativa: A Lógica da Intimidação	182
3.3. Teorias Mistas, Ecléticas ou Unificadoras	185
3.3.1. Prevenção Geral Positiva	188
3.3.2. Teoria da Prevenção Positiva (de Integração)	193
4. Política Criminal orientada para as Vítimas de Crimes: Breve Perspectiva- ção do Interesse Reparatório.....	197
4.1. Reparação: Alternativa para o Cárcere e Fator para o Reconhecimento do Direito	199
4.2. Reparação: Possibilidade de Integração Autônoma no Sistema Jurí- dico-Penal de Sanções: A Reparação como <i>Terceira Via</i>	202
5. <i>Ratio</i> e Natureza da Reparação Pública em Prol das Vítimas de Crimes.....	208
5.1. O Sistema da Subsidiaridade, A Pena de Multa e Os Fundos Públicos Especiais.....	211
6. Considerações	217

CAPÍTULO V

MEDO DO CRIME E POLÍTICA CRIMINAL DE EMERGÊNCIA

1. Investida aproximativa do Problema	223
1.1. O Medo do Crime e a Comunidade do Medo	225
1.2. Insegurança Objetiva e Subjetiva: Os Riscos de uma Política Criminal Influenciada pelos <i>Índices do Medo</i>	227
2. A Preocupação em Quantificar o Medo do Crime	230
2.1. Problemas e Dificuldades: Medo do Crime e Percepção do Risco	231

	págs.
3. O Discurso do Medo ou a <i>Hiperdramatização</i> do Crime.....	234
3.1. A Equação Mídia-Medo	237
3.2. Mídia e Dessolidarização Social.....	240
4. Medo do Crime: Efeitos Funcionais e Disfuncionais.....	242
4.1. Medo do Crime como Fator de Mudanças Comportamentais e a Questão da Vulnerabilidade	243
4.2. O Paradoxo do Medo: o Medo do Crime como Redutor das Taxas de Vitimação.....	245
5. Medo do Crime e crescentes Exigências de Prevenção.....	247
5.1. A Indústria do Medo e o Medo do Crime no Brasil: Os Novos Horizontes Fechados (dos condomínios residenciais) e das Penitenciárias Privadas.....	248
5.2. O Medo do Crime Organizado e a Criminalidade de Massas	252
5.3. Terrorismo: o Medo do Crime como Vetor de uma Política de Intervenção Máxima.....	256
6. Considerações.....	257

PARTE II

PROCESSO PENAL: TENDÊNCIAS ORIENTADAS À REVALORIZAÇÃO DA PERSONAGEM ESQUECIDA DO DRAMA PENAL

CAPÍTULO I

BREVE ANÁLISE DO PROCESSO PENAL COMO SENSITIVA DA LEI FUNDAMENTAL E O MODELO PORTUGUÊS DE PARTICIPAÇÃO PROCESSUAL DA VÍTIMA DE CRIME

1. Introdução	265
2. Processo Penal: Complementaridade Funcional, Autonomia e Plurivocidade Finalística.....	266
3. O Processo Penal como Sensitiva da Lei Fundamental: Tendência de Parificação de um Modelo orientado para as Vítimas de Crime.....	267
3.1. A Constituição Processual Penal como Centro Irradiador de Garantia das Liberdades.....	270

	págs.
4. Desenvoltura da Vítima no Contexto constitucional português	272
4.1. Direito Fundamental do Ofendido à Intervenção Processual	274
4.1.1. Direito Fundamental dotado de Força Jurídica Vinculante	276
4.2. Obrigatoriedade de a Vítima constituir-se Assistente: Limitação do Exercício do Direito à Intervenção Processual?.....	278
4.2.1. Refrações descendentes da Garantia de Intervenção Processual do Ofendido.....	282
4.3. Intervenção Processual da Vítima: Garantia contra o Sequestro do Conflito pelo Estado e o Propósito constitucional de enaltecer a Unidade da Ordem Jurídica	284
5. Reflexões sobre o Estatuto Processual da Vítima-Assistente.....	286
5.1. Legitimidade para constituir-se Assistente	287
6. Desenvoltura processual da Vítima constituída Assistente	294
6.1. Reforço processual da Vítima de Crime	299
7. Considerações	301

CAPÍTULO II

A VÍTIMA DE CRIME NO PROCESSO PENAL ALEMÃO

1. Considerações Preliminares.....	303
2. Mudanças Introduzidas pela Lei de Proteção às Vítimas de Crime	308
3. A Participação do Ofendido em Procedimento dependente de Queixa (<i>Privatklage</i>).....	312
4. Intervenção Acessória do ofendido (Assistência)	315
5. Reparação dos Danos via Adesão ao Processo (<i>Adhensionsverfahren</i>)	321
6. Considerações	322

CAPÍTULO III

O MODELO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIME: PANORAMA DOGMÁTICO E POLÍTICO-CRIMINAL

I. Aproximação Constitucional	331
I.1. A Constitucionalização da chamada Ação Privada Subsidiária da Pública	334

	págs.
2. O Assistente do Ministério Público.....	341
3. Sintética Recensão acerca do Regime da Lei dos Juizados Especiais Criminais	343
4. Novos Instrumentos Dogmáticos orientados para a Vítima.....	346
5. A Lei de Proteção à Vítima de Violência Doméstica e Familiar: Aspectos Pontuais.....	349
6. A Novel Lei 11.690/08: Reforço processual da Vítima de Crime	351
7. Importância de uma maior Participação Processual das Vítimas Concretas	353
8. Considerações	356

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIO DA AUTO-RESPONSABILIDADE DA VÍTIMA

1. Sucinta Aproximação	359
2. Relevância e Repercussão Dogmáticas do Comportamento da Vítima	360
2.1. Princípio da Auto-responsabilidade da Vítima Virtual.....	361
2.2. Âmbito Limitado do Princípio da Autoproteção da Vítima.....	363
3. Considerações	366
CONCLUSÕES	367
BIBLIOGRAFIA	369
ÍNDICE	385